

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Michelle Fernanda Ferreira

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO AGENTES NA PREVENÇÃO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL**

São Carlos

2019

Michelle Fernanda Ferreira

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO AGENTES NA PREVENÇÃO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduanda em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca

São Carlos

2019

Michelle Fernanda Ferreira

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO AGENTES NA PREVENÇÃO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de
Graduanda em Pedagogia.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição (orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter proporcionado essa experiência e a todos aqueles que estiveram presentes durante todos esses anos, torcendo, incentivando para que essa trajetória fosse inesquecível.

Agradeço aquela criança que um dia relatou o abuso sexual, a qual que me fez refletir sobre minha prática enquanto professora e me envolveu nessa temática.

Aos meus pais Selma e Paulo, por terem dado o suporte necessário, por serem pacientes, incentivadores, carinhosos, cúmplices e por ter dado conforto quando foi necessário. Agradeço imensamente ao papai, pelas caronas intermináveis pela cidade e região, por ter escutado várias histórias malucas da faculdade, e a mamãe pelo carinho, envolvimento e preocupação, principalmente por ter me dado colo quando precisei. Para, além disso, agradeço por terem feito o que podiam e não podiam para a realização desse sonho. A vocês minha profunda gratidão.

A minha irmã gêmea Kelly, por ter participado ativamente dessa rotina e estar sempre disposta a atender as minhas necessidades, pelo companheirismo, por estar ao meu lado sempre, compartilhando os melhores abraços, sorrisos e experiências, obrigada irmã.

A minha vó pelos deliciosos almoços e pelas orações diárias.

Em especial ao meu noivo Vinicius por ter vivenciado e auxiliado em cada etapa e conquista. Agradeço por estar presente em todos os momentos, me apoiando, sendo paciente, compreensivo, amoroso e carinhoso durante todos esses anos.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Psicologia por ter proporcionado e contribuído para a minha formação profissional e pessoal. Agradeço pelos laços de amizade construídos, em especial a Marinéia, a Profa. Débora e a Profa. Sabrina pela acolhida auxílio e aos ensinamentos que levarei para o resto da vida.

Ao colégio de educação infantil Arte Kids, por proporcionar uma experiência cheia de significados e conhecimentos. Gratidão a cada profissional e a cada criança por me motivarem a cada dia.

A minha orientadora Sabrina Mazo D’Affonseca, pela amizade, por sua dedicação, empenho e pela seriedade com a qual vem colaborando com a sua orientação para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso. Decerto foi uma das responsáveis para a realização deste trabalho e pela minha formação

A todos os professores que fizeram parte dessa trajetória, especialmente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar, que

participaram e contribuíram com seus conhecimentos para o meu aprendizado profissional e pessoal.

Aos meus colegas e amigos de graduação, em especial: Eloisa, Jessica, Pamella, Raquel, Sara e Lucas Souza, pela caminhada e amizade, pelo auxílio no desenvolvimento das atividades, a escrita de artigos, relatórios, sínteses e seminários. Agradeço a Jessica pelas experiências acadêmicas vivenciadas durante o ano de 2019, sim nosso último ano de graduação, que certamente ficarão marcadas pelo resto de nossas vidas.

Sou grata a todos os mencionados anteriormente e aos não mencionados que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa experiência. Sinto-me honrada e vitoriosa por ter chegado até aqui.

Muito obrigada!
Michelle F. Ferreira.

RESUMO

O abuso sexual contra crianças se caracteriza como uma das formas mais cruéis de maus tratos infantis, uma vez que praticado a vítima carrega consigo marcas profundas que afetam diretamente o seu desenvolvimento. Pensando nessa complexidade, tornou-se necessário refletir de que forma os professores no Brasil vem sendo formados para lidar com o abuso sexual e contribuir para sua prevenção. Objetivou-se por meio dessa pesquisa, analisar e compreender quais são as ferramentas/habilidades e os recursos utilizados por eles na prevenção do abuso sexual. Como resultado, o estudo aponta que há diversas ferramentas que contribuem para o enfrentamento da violência sexual, como a psicoeducação, técnicas de modelação, treinamentos de habilidades sociais, educação para a sexualidade, assim como a contação de história. No que se refere à formação de professores, os resultados apontam que o tema está presente na formação continuada de professores, no entanto, há uma carência de discussões na formação inicial. Estudos realizados por Garbin e colaboradores (2010) e Martelli (2013), comprovam uma ausência de discussões dentro da Universidade, uma vez que não há nos currículos dos cursos de licenciatura disciplinas que tratem especificamente da violência sexual, isso explica a escassez de trabalhos acadêmicos no âmbito educacional e conseqüentemente o despreparo dos profissionais em lidar com casos de abuso.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar; abuso sexual infantil; formação de professores; contação de histórias.

ABSTRACT

Child sexual abuse is characterized as one of the most cruel forms of child abuse, since the victim's practice carries with it profound marks that directly affect child development. Thinking about this complexity, it became necessary to reflect on how teachers in Brazil have been trained to deal with sexual abuse and contribute to its prevention. The objective of this research was to analyze and understand what were the tools/skills and resources used by them in the prevention of child sexual abuse. As a result, the study points out that there were several tools available that contributed to coping with sexual violence, such as psychoeducation, modeling techniques, social skills training, sexuality education, as well as storytelling. With regard to teacher training, the results showed that the theme was present in continuing teacher training, however, there is a lack of discussions in initial training. Studies carried out by Garbin et al. (2010) and Martelli (2013), showed an absence of discussions within the University, since there are no disciplines in the curricula of undergraduate courses that specifically deal with sexual violence, this explains the lack of academic work in the educational field and consequently the professionals' unpreparedness in dealing with abuse cases.

Keywords: intrafamilial violence; child sexual abuse; teacher training; storytelling

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

EqP - Escola que Protege.

LIAPs - Literatura Infantil de abordagem Preventiva.

OMS - Organização Mundial de Saúde.

ONU - Organização das Nações Unidas.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

TICs - Tecnologia de Informação e Comunicação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição dos estudos e principais resultados.....	30
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E O ABUSO SEXUAL INFANTIL	9
3	OS DIREITOS ASSEGURADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	12
4	PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL	17
5	A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	24
6	METODOLOGIA	28
7	RESULTADOS	30
8	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	33
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre a formação de professores como agentes na prevenção do abuso sexual infantil. O interesse pela temática surgiu das experiências vivenciadas na Casa de Acolhimento da cidade de São Carlos durante o período que realizava trabalho voluntário na instituição. Minha trajetória neste trabalho teve início no ano de 2012, e se estendeu até o final de 2015, ano em que ingressei na Universidade no curso de Pedagogia. Ao longo do período que atuei na Casa de Acolhimento, tive contato com as trajetórias de vida de várias crianças e adolescentes acolhidas, em especial, de uma garota que estava acolhida após ter sofrido abuso sexual. Posteriormente, como estudante do curso de Pedagogia, verifiquei a ausência de discussões sobre essa temática, infelizmente tão frequente na nossa sociedade, o que despertou o interesse em compreender o que é o abuso sexual infantil, quais as consequências dessa forma de abuso para as vítimas, e como minha atuação profissional deveria ser realizada no acolhimento da vítima, ou antes, na identificação e prevenção desse fenômeno.

Faz-se necessário compreender o abuso sexual como um tema agravante, uma vez que no Brasil, a violência sexual nem sempre foi considerada como violação aos direitos da criança. Os maus-tratos contra a criança só passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80, com as iniciativas de proteção que apareceram inicialmente na Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 227, no qual garantiu direito a essa população, dentre eles a proteção contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Tal garantia de direito foi ratificada anos depois no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), que tornaram obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados (art. 13).

De acordo com Faleiros (2000, citado por LIBORIO; CAMARGO, 2010, p.1), “*a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade*”. Assim, faz-se necessário avaliar vários aspectos, tais como os comportamentos dos agressores e das vítimas, os atores envolvidos no processo, o papel da família e as consequências na criança.

A violência praticada contra crianças está relacionada ao abuso de poder, visto que os agressores são pessoas mais velhas, comumente um familiar, uma pessoa do convívio da criança, a qual rompe o dever de proteção do adulto. Neste sentido, contrariando as expectativas sociais em relação ao seu papel de apoio e de proteção, a casa e a família têm se configurado como cenário de violência para inúmeras crianças. (RISTUM, 2010, p. 231). A violência que ocorre no lar e que é perpetrada por um membro pertencente à família, o qual

pode ou não viver sob o mesmo teto que a criança, se caracteriza como violência intrafamiliar.

A violência intrafamiliar pode ocorrer em diferentes modalidades: física (a violência física é a mais frequente, o caráter disciplinador do agressor varia desde tapas, espancamentos e homicídios); mental e/ou psicológica (é uma das formas mais difíceis de detectar, uma vez que pode apresentar-se tanto no convívio familiar quanto em outros espaços de convivência frequentados pela criança. Ocorre por meio de agressões verbais, isolamento e rejeição); o abuso sexual (se caracteriza por situações em que uma criança ou adolescente é invadido em sua sexualidade e usado para gratificação sexual. Pode incluir desde carícias, até o ato sexual com ou sem penetração, ocorre com ou sem o uso da força e da violência por meio de ameaças e constrangimentos) e negligência (se caracteriza quando a criança e/ou adolescente são privados de suas necessidades básicas e vitais, físicas e emocionais). (SAYÃO, 2006).

Cumprе destacar que o presente trabalho tem como temática o abuso sexual. *“Nele, a criança pode ter ou não o contato físico, mas nunca estará apta a concordar, muito menos a consentir”* (MARTELLI, 2014). As diversas discussões a respeito da temática realizadas por Ristum (2010), Pereira et al (2017), Garbin (2010), apontam que o principal agressor se encontra na família, evidenciando que o abuso sexual intrafamiliar é o mais comum. Logo, o abuso sexual pode ser tanto intrafamiliar (ocorre dentro da família) ou extrafamiliar (ocorre fora da família), o agressor extrafamiliar é aquela pessoa que geralmente a criança conhece, diferentemente do agressor intrafamiliar que se encontra dentro do laço familiar. Ambos corroboram para o pacto do silêncio e o trauma. (MARTELLI, 2014, p. 08).

Pensando nessa complexidade, torna-se necessário refletir sobre as formas de intervenção, de modo que perpassе e impulse por todos os setores e instâncias desde a saúde a educação. Para Brino e Williams (2003), a escola mostra-se em situação ideal para a detecção e a prevenção deste agravante. Diante desse contexto, encontra-se o professor de Educação Infantil, profissional que atua na defesa dos direitos da criança, que convive e pode auxiliar na prevenção e identificação dos diferentes tipos de violência aos quais a criança pode estar submetida.

Assim, esse estudo tem como objetivo refletir sobre a formação dos professores para prevenção da violência, assim como analisar e compreender quais são as ferramentas e os recursos utilizados por eles na prevenção do abuso sexual infantil. A partir dessa temática pretendeu-se pensar de que forma a gestão escolar e os professores estão aptos a lidar com essa criança que é vítima do abuso. Neste sentido, questiono: o que as produções científicas dizem sobre a prevenção do abuso sexual infantil na formação de professores?

As ações metodológicas desenvolvidas neste trabalho basearam-se em leituras e análises das fontes a partir dos conceitos de formação de professores e abuso sexual infantil, uma vez que a partir desse procedimento é possível identificar informações e dados contidos no material e verificar as relações existentes de modo a analisar sua consistência. (LIMA, MIOTO, 2007). Algumas das obras exploradas foram, prioritariamente, de Brino e Williams (2008), Garbin et al (2010), Martelli (2014), Francischini et al (2012), entre outros autores que auxiliaram na discussão teórica.

Simultâneo a essa etapa que delimitará os conceitos e as considerações relevantes para compreensão do objeto de estudo, a pesquisa se pautará na análise e interpretação dos dados e, assim sendo, na análise explicativa das soluções, que estará em consonância com os referencias teóricos, assim como os procedimentos metodológicos estabelecidos.

Para uma melhor compreensão, este trabalho será dividido em sete capítulos. No primeiro será apresentado conceitos e ideias que foram desenvolvidos na elaboração do trabalho, como a apresentação do tema, a justificativa pela qual se deu essa escolha, os objetivos da pesquisa e a problemática apresentada. O segundo traz um panorama do que é Violência Intrafamiliar e o abuso sexual como foco deste trabalho. No terceiro capítulo serão apresentados documentos legais com seus artigos que tratam e definem quais são os direitos que asseguram a proteção das crianças. O quarto capítulo será realizada uma discussão a respeito da capacitação que os professores realizam para a prevenção do abuso sexual infantil. O quinto capítulo traz contribuições da contação de histórias como estratégia na prevenção do abuso sexual infantil. Na Metodologia, capítulo seis, será descrita a forma pela qual se deu o estudo, como as bases de dados, o ano das publicações e as palavras chaves utilizadas. O sétimo capítulo, será destinado aos resultados e discussões das publicações para este estudo de revisão, assim como, serão apresentadas as relações estabelecidas entre os trabalhos estudados, com os objetivos da pesquisa e sua problemática e por fim será apresentado no último capítulo as referências bibliográficas.

2. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E O ABUSO SEXUAL INFANTIL

A violência intrafamiliar sempre esteve presente na história da humanidade, em diversos países, épocas, culturas, classes sociais, por isso, é entendida como um problema de saúde pública (OMS, 2014). As crianças que sofrem com esse tipo de violência, podem ser tanto vítimas diretas, quanto vítimas indiretas, por presenciarem a violência sofrida (ALMEIDA, et al, 2013). Seu enfrentamento tem sido uma das tarefas mais complexas da sociedade. Ao longo das últimas décadas leis e projetos têm sido realizados com o intuito de atenuar, prevenir e eliminar este fenômeno do convívio social. (Gebara & Lourenço, 2008). Neste sentido, a violência intrafamiliar é definida como:

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue” (DAY et al., 2003, p.10).

Diante deste contexto, diferentes tipos de violência podem ser praticados: física, psicológica e negligência. A violência física se caracteriza pelo ato de bater ou espancar, decorrentes das dificuldades sociais, do dia a dia nas relações familiares com a criança, por meio do descontrole emocional e sentimento de culpa destas pelos problemas. (NUNES; SALES, 2016, p. 6). A violência psicológica acontece por todas as formas de rejeição, discriminação, cobranças, punições e utilização da criança para atender às necessidades psíquicas dos adultos, podendo provocar efeitos na formação da personalidade. (HABIGZANG, 2010, p.20). A negligência se caracteriza pelo abandono físico, social e emocional, por isso, é relacionada à forma mais frequente de maus-tratos contra crianças e adolescentes, “*constituindo-se como um problema de ordem social grave, uma vez que este tipo de abuso, apesar de não inspirar o mesmo grau de indignação dos demais representa cerca de 40% das fatalidades registradas*”. (NUNES; SALES, 2016, p. 876).

As ocorrências se evidenciam na maior parte nas camadas populares, uma vez que nelas, as denúncias e os maus-tratos são mais visíveis, por isso chegam com mais frequência aos serviços públicos de atendimento. Os fatores sociais, como a miséria, o desemprego, as más condições de vida e sobrevivência são fatores que podem facilitar a ocorrência dos maus-tratos em geral e do abuso sexual. (SANTOS, 1997).

Diante desse contexto, para melhor compreensão, dentre as diversas formas que envolvem a temática, torna-se necessário distinguir os conceitos referentes à violência e o

abuso sexual infantil. Nota-se que todas as formas de violência estão associadas a problemas de curto e longo prazo, assim como a violência sexual, tema gerador deste estudo.

A violência sexual se configura como um tipo de agressão que atinge a parte mais individual e reservada do ser humano, sua sexualidade, limitando e/ou anulando o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. (MONTEIRO, et al, 2008, p.3). De acordo com o estudo de Vagliatti e Gagliotto (2014, p. 175), a violência sexual é uma denominação perversa que um maior exerce sobre um menor, sendo na maioria das vezes, mantida em segredo. É definida como atos ou jogos sexuais em que uma criança é submetida a participar por uma relação de poder, para satisfazer seus próprios desejos em detrimento ao bem estar da criança vitimizada. (SPAZIANI; MAIA, 2015, p.62).

A violência sexual é o segundo tipo de violência mais comum contra crianças de zero a nove anos, isso demonstra que o abuso sexual infantil é um fator real e alarmante sendo tratado pela (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. (PORTAL BRASIL, 2012, citado por GONÇALVES et al, 2018, p. 1525).

Dentre os diversos tipos de violência sexual, encontra-se o abuso sexual contra crianças, que se caracteriza como uma das formas mais cruéis de maus tratos infantis, uma vez que praticado, a vítima carrega consigo marcas profundas que afetam diretamente sua existência, sua convivência, assim como sua saúde. O abuso sexual de acordo com (BRASIL, 2007, p.39):

[...]É um relacionamento interpessoal sexualizado, privado de denominação perversa, geralmente mantida em silêncio e segredo. Os episódios de abusos sexuais, longe de serem idênticos, distinguem-se profundamente, seja pelo autor da violência sexual, seu grau de parentesco com a vítima, autoridade e responsabilidade em relação ao vitimizado, idade e sexo da vítima e do abusador, tipo de violência cometida, duração e frequência e o local em que ocorrem.

Logo, os abusos sexuais são práticas que envolvem crianças em atos sexuais pelo contato físico ou não. Quando não há contato físico, o abuso pode ocorrer por meio do assédio sexual, abuso sexual verbal: caracterizado por propostas de relações sexuais, telefonemas obscenos e exibicionismo (SAYÃO, 2006). Quando há o contato físico, a vítima está sujeita a relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração anal e vaginal, assim como, atentado violento ao pudor, estupro, a corrupção e a sedução. (SAYÃO, 2006).

Para Faleiros, o abuso sexual deve ser entendido como “*situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de poder, de direitos humanos*” (2000, p. 15), no qual infringe

maus tratos às vítimas, diferentemente da violência, que é a categoria explicativa da vitimização sexual; “*refere-se ao processo.*” (FALEIROS, 2000, citado por PERDERSEN, 2010).

De acordo com Penso e colaboradores (2009, p. 143) o abuso sexual infanto-juvenil é um “*jogo complexo, no qual o ato que envolve um relacionamento é desigual entre agressor e vítima, compreendendo um modo particular de significação para cada um dos envolvidos direta e indiretamente*”. Neste sentido, o abuso sexual pode ser definido em diferentes categorias, podendo ser classificado como extrafamiliar e/ou intrafamiliar. O abuso extrafamiliar ocorre fora do contexto doméstico, envolvendo situações de violência no qual o agressor é uma pessoa desconhecida ou não pertencente ao círculo familiar da vítima, como menciona (HABIGZANG, 2010, p.22), enquanto o intrafamiliar ocorre dentro do contexto familiar, por pessoas próximas, que podem ou não apresentar laços de consanguinidade. Nestes casos, o agressor desempenha um papel de cuidador, tendo com a vítima uma relação de confiança. (HABIGZANG, 2010, p.18).

O abuso sexual intrafamiliar é um assunto que vem provocando uma série de discussões e reflexões a respeito dessa violência, que na maioria das vezes é camuflada e imperceptível (Pedersen, 2010) visto acontecer no próprio lar. Tornou-se um fenômeno polêmico, “*pois se encontra envolvido pelo medo, vergonha, culpa e o silêncio de quem sofre a violência e de quem está envolvido*”. (OLIVEIRA; MIRANDA, 2013, p.7).

Deste modo, o abuso sexual intrafamiliar contra crianças é incestuoso, uma vez que é praticado por pessoas que possuem um grau de parentesco por consanguinidade: como mãe, irmãos, tios, primos, avôs e pais. (AZEVEDO; GUERRA, 1995). Alguns fatores de risco vêm sendo constantemente apresentados por famílias incestuosas, uma vez que:

Estes são: pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; abuso de álcool e outras drogas; papéis sexuais rígidos; falta de comunicação entre os membros da família; autoritarismo; estresse; desemprego; indiferença; mãe passiva e/ou ausente; dificuldades conjugais; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); isolamento social; pais que sofrem de transtornos psiquiátricos; doença, morte ou separação do cônjuge; mudanças de comportamento da criança, incluindo conduta hipersexualizada, fugas do lar, diminuição no rendimento escolar, uso de drogas e conduta delinqüente (Koller & De Antoni, 2004; Thomas & cols., 1997 citado por HABIGZANG et al, 2005, p. 342)

A criança que sofre com esse tipo de violência, sofre distorções no que diz respeito às imagens parentais: o pai deixa de ser protetor, e a mãe, por vezes, pode ficar omissa ou sentir-se impotente. (GABEL, 1997, citado por MARTELLI, 2013, p. 7). Além disso, problemas emocionais, sociais e/ou psicológicos são desenvolvidos pelas vítimas. Dentre as consequências desse processo, evidenciam-se: o desenvolvimento da depressão, dificuldade na aprendizagem, agressividade, isolamento, a perda de sua autoestima, ansiedade, a presença de comportamentos inapropriados, solidão e abandono. Em muitos casos, o abuso é mantido em segredo familiar e social, uma vez que há um pacto de silêncio, no qual o abusador pertencente à família da criança abafa o assunto devido sua posição na organização familiar. (MARTELLI, 2013, p. 8).

Diante das inúmeras consequências que afetam diretamente as crianças vítimas deste crime, é de fundamental importância conhecer quais são os direitos, as medidas protetivas, as estratégias de enfrentamento, assim como Programas de Prevenção que se encontram engajados para a prevenção do abuso sexual infantil, assim como a superação do mesmo.

3. OS DIREITOS ASSEGURADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Como visto anteriormente, a violência sexual não é um fenômeno recente. No Brasil a temática evidenciou-se a partir de meados de 1980, no momento em que o mesmo foi “incluído na agenda da sociedade civil como à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, preconizados em nossas leis na Constituição Federal e no ECA, por meio da expressão social e política”. (SAYÃO, 2006, p.30). Para a compreensão desses movimentos políticos é necessário perpassar por um breve contexto histórico.

O mundo começa a tomar consciência de proteção à infância, a partir da década de 1990. Durante a Revolução Industrial, crianças que faziam parte do tecido trabalhador rural, foram incorporadas à força de trabalho ocupando postos na mineração, na siderurgia ou na indústria têxtil, sem possibilidade de frequentarem a escola ou brincar. Tendo em vista essa problemática, a britânica, Eglantyne Jebb funda a organização *Save The Children*, com o intuito de acabar com o trabalho infantil e promover cuidado aqueles que se mantinham em uma pobreza extrema, impulsionando consequentemente a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, sancionado pela Sociedade das Nações em 1924.

Em 1948, após a Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, a ONU começa a desenvolver trabalhos que visavam à proteção das crianças, e em 1959 publica os dez princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança, tendo em vista o seu bem estar

no que se dizem respeito à proteção, aos cuidados especiais, antes e depois de seu nascimento. Esta Declaração aponta que a criança tenha em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades, e apela pelo reconhecimento e observância dos mesmos mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas (BRASIL, 1959). Em relação aos direitos de proteção e aos cuidados especiais, destacam-se os seguintes princípios:

Princípio 2º [...] A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade [...].

Princípio 8º A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

Princípio 9º [...] A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração [...].

Princípio 10º A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (BRASIL, 1959).

Após dez anos de luta entre organizações, ONGs, estados, e outras instituições, efetuasse o texto referente à Convenção de Direitos da criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, entrando em vigor em 02 de setembro de 1990. Foi ratificado por 196 países, incluindo o Brasil que aprovou a Convenção em 24 de setembro de 1990. (BRASIL, 1990a). Tendo em vista os direitos, os cuidados e as assistências, assim como o bem estar das crianças, a Convenção reconhece que todos possuem direitos e liberdades, mas evidencia que há em qualquer lugar do mundo, crianças vivenciando situações muito difíceis, logo, ressalta a importância da “cooperação internacional, para a melhoria das condições de vida das crianças”. (BRASIL, 1990a).

Em comum acordo, a convenção é composta por 54 artigos distribuídos em três etapas. A primeira refere-se à criança, a segunda a divulgação da Convenção e por fim à ratificação. Dentre os artigos apresentados, evidenciam-se os Art. 19º, 34 e 39, referentes à proteção e aos cuidados, tendo o Estado o dever de adotar medidas legais para proteção da criança contra todas as formas de violência, inclusive abuso sexual. Essas medidas em âmbito nacional, bilateral e multilateral devem incluir formas de prevenção para: identificação, notificação, investigação, tratamento e acompanhamento posterior aos casos de maus-tratos. Além disso, os Estados devem adotar:

Todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social de todas as crianças vítimas de: qualquer

forma de negligência, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. A recuperação e a reintegração devem ocorrer em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança. (BRASIL, 1990a).

No Brasil, a temática passa a ser reconhecida e mencionada por meio da Constituição Federal (1988), quando traz em seu texto constitucional o princípio para a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, destacando em seu Art. 227, no parágrafo 4º o tema da violência sexual, mencionando que a lei punirá severamente o abuso, a violência, e a exploração sexual da criança e do adolescente, (BRASIL, 1988, p. 133), assim como garantirá o enfrentamento e medidas protetivas para este tipo de violência. “O país se destaca por ser o primeiro a promulgar um marco legal (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente), em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)”. (GADELHA, et al, 2013, p.3).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), juntamente com outras normas e acordos internacionais, *“fez com que o abuso sexual contra crianças e adolescentes deixassem de ser somente um crime contra a liberdade sexual e se transformasse numa violação de direitos humanos”*. (MARTELLI, 2013, p. 13). Logo, em seu Art. 70, referente à prevenção, menciona que é dever de todos prevenir as ocorrências de ameaças ou violência dos direitos da criança e do adolescente. Em consonância, o Art. 70-A, responsabiliza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a atuarem de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico/ tratamento cruel e/ou degradante.

No que diz respeito às medidas de proteção, o art. 98 deste mesmo documento, ressalta que as mesmas são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta. O artigo elucida as diferentes formas de medidas de acordo com as necessidades pedagógicas que poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, bem como ser substituída a qualquer tempo. Vale ressaltar que *“[...] para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária [...]”*, como previsto no art. 101, em seu 2º parágrafo. (BRASIL, 1990 b, p.68).

Diante dessa perspectiva, no Estatuto da Criança e Adolescente institui-se a criação do Conselho Tutelar, órgão permanente encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento

dos direitos das crianças e adolescentes. (BRASIL, 1990b). No capítulo II, em seu artigo 136, evidenciam-se, as seguintes atribuições:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

XI – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

XII – promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014). (BRASIL, 1990 b, p.82).

O Brasil avança no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual, com a aprovação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda), no ano de 2000. Criado em 1991 pela Lei 8. 242, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente foi previsto pelo Estatuto da Criança e Adolescente como principal órgão do sistema de garantia dos direitos, tendo como âmbito as Diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Outro movimento importante do Conselho refere-se ao Fundo Nacional da Criança e Adolescente (FNCA), responsável pela criação e utilização de recursos no que diz respeito à: ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Concomitantemente, surge o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil, caracterizado como “*referência para organizações não governamentais, especialmente no âmbito da mobilização e do monitoramento de políticas públicas na perspectiva de formulação e implementação de ações nesta área*”. (GADELHA, et al, 2013, p.8). Durante sete anos, o Plano Nacional passou por um processo de atualização em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e Adolescentes, com intuito de: atender as chamadas novas formas de violência sexual; os crimes transnacionais e os delitos facilitados pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). (GADELHA, et.al, 2013).

Em 2010, após estudos, análises e reformulações, o Brasil produz o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Conanda, com o prazo de

vigência para 2020 em consonância com o novo Plano Nacional. O novo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, “[...] reafirma o compromisso de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles/as que se encontra em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento [...]”. (GADELHA, et.al, 2013, p. 4)

No ano de 2017, o Presidente da República sanciona a lei Nº 13.431 alterando a lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente), estabelecendo o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, tendo em vista a prevenção da violência. A violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, como previsto no art.4º em seu inciso III desta Lei. Vale ressaltar que a criança e o adolescente que sofre com algum tipo de violência, serão ouvidos por meio de uma escuta especializada e depoimento especial, como mencionado no 1º parágrafo deste mesmo artigo. (BRASIL, 2017).

Tendo em vista os direitos e garantias, o art.5º terá como base os direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes, visando: I- prioridade absoluta; II- tratamento; III- ter a intimidade e as condições pessoais protegidas; IV- ser protegido de qualquer discriminação; V- receber informações sobre os direitos, inclusive sociais; VI- ser ouvido; VII – ser resguardado e protegido; IX - ser ouvido em horário que lhe for mais adequado; X - ter segurança; XI - ser assistido por profissional capacitado e conhecer os profissionais; XII - ser reparado quando seus direitos forem violados; XIII - conviver em família e em comunidade; XIV - ter as informações vedadas à utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima; XV - prestar declarações em formato adaptado à criança e ao adolescente com deficiência ou em idioma diverso do português. (BRASIL, 2017).

Nota-se que na direção desses movimentos, o Brasil avançou de forma significativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esses movimentos históricos, como já citados: A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, assim como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, “*tornaram referência e ofereceram uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual*”. (GADELHA, et al, 2013, p. 8).

4. PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

No Brasil, o enfrentamento desse tipo de violência ganhou impulso no ano de 2000, ano em que foi criado o Programa de Combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), “*tendo em vista a compreensão de que a política pública de enfrentamento à violência sexual precisava ser orientada pelos direitos humanos universalmente reconhecidos.*” (SANTOS & IPPOLITO, 2011 citado por MEYER, p. 40, 2017). Apesar de um aumento nas pesquisas na última década, estudos comprovam que “não se tem registros de grandes programas de prevenção do abuso e exploração sexual.” (PAIVA, 2015). Os programas preventivos de abuso sexual direcionado à criança devem ter três objetivos:

- a) ajudá-las a reconhecer potenciais situações abusivas ou ofensores em potencial; b) ensiná-las a resistir (“dizer não”) e retirar-se da presença do ofensor; e c) incentivá-las a denunciar abusos (anteriores ou atuais) a uma figura de autoridade e de confiança, enfatizando os três “Rs” – reconhecer, resistir e relatar (WURTELE, 2008, citado por PRADO, 2014, p. 60)

No Brasil o programa de prevenção ao abuso sexual infanto-juvenil volta-se para o programa para a prevenção primária ao abuso sexual infanto-juvenil direcionado a professores, profissionais e adolescentes realizados no ambiente escolar (BRINO & WILLIAMS, 2009, citado por PRADO, 2014, p. 61). Brino (2006) menciona que os programas de prevenção do abuso sexual infantil não têm como suporte, indicações de programas desenvolvidos no contexto brasileiro. “*O ponto de partida possível são os programas desenvolvidos em outros países, cuja temática é tratada com mais seriedade e consistência*”. (p.28).

Nessa perspectiva, o abuso sexual infantil pode ser prevenido a partir de ações sugeridas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU) que enfoquem os três níveis de prevenção: primário, secundário e terciário (Wolfe, 1998). A prevenção primária se caracteriza pela redução dos fatores sociais, culturais e ambientais decorrentes dos atos agressivos; pelas ações envolvidas por meio de capacitações de profissionais que lidam com as crianças, como pais e professores e atua na população de risco, educando as crianças sobre os riscos de abuso sexual, a fim de conscientizá-los. (BRINO, 2006, p.13). Neste sentido, a escola, deve assumir o papel de protagonista na prevenção primária da violência sexual e desenvolver uma educação sexual como uma estratégia de prevenção primária, visando a “*realização de atividades que criem na escola*

um ambiente de inclusão e de acolhimento para crianças e adolescentes que são rejeitados pelo grupo e são vistos como “diferente”.” (SANTOS & IPPOLITO, 2011, p. 18).

O segundo nível de prevenção, se caracteriza pela detecção precoce de crianças em situação de risco, no sentido de amenizar o stress causado pelos atos agressivos. (BRINO, 2006, p. 14). As ações desenvolvidas devem incidir sobre as situações de maus tratos já existentes. Outro fator a ser considerado é que os profissionais sejam capazes de reconhecer os indícios do abuso, assim como a identificação de sinais, que são capazes ou não de deixar marcas, e se sensibilizar para a escuta e abordagem. Vale ressaltar a importância das notificações às autoridades competentes como a garantia do sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente.

No que diz respeito às autoridades competentes, destaca-se os Conselhos Tutelares, as delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública e os centros de defesa. Para, além disso, encontra-se o Disque-Denúncia 100, “serviço nacional que integra os vários sistemas estaduais e locais de notificação de todas as violações contra crianças e adolescentes”, como estratégia para a prevenção secundária. (SANTOS & IPPOLITO, 2011, p. 19).

Por fim, o terceiro nível de prevenção refere-se ao acompanhamento da vítima e do agressor por profissionais adequados e capacitados. As ações se pautam no encaminhamento imediato de crianças e adolescentes vítimas da violência sexual aos serviços educacionais, médicos, psicológicos e jurídico-social, com o intuito de diminuir as sequelas e evitar que as próprias vítimas reproduzam o ato futuramente. Vale ressaltar que faz parte deste tipo de prevenção, a responsabilização do autor da violência para que o ciclo de impunidade seja quebrado e conseqüentemente, haja a redução do abuso e da exploração sexual. (SANTOS & IPPOLITO, 2011, p. 19). Dentre as estratégias de prevenção primária e secundária destacam-se:

Programas que abordam a temática e reforçam os vínculos pais-filhos; programas de treinamentos para pais em escolas; campanhas veiculadas no meio de comunicação; promoção de palestras e debates; atenção para identificação precoce do abuso; cuidados médicos sociais à família; programas de creches, entre outros. (AZEVEDO, 2008, apud PAIVA, p. 21, 2015).

Segundo Padilha (2007), as estratégias de prevenção buscam estabelecer relações entre crianças e adultos, preparando-as no que diz respeito a: informação; construção de autoestima; habilidades de autodefesa e recursos como o rompimento do isolamento e

aumento da rede de adultos confiáveis. A autora menciona a importância da prevenção ao abuso sexual, quando se considera que *“as práticas abusivas podem ocorrer simultaneamente na infância, tendo um efeito nocivo sobre o repertório geral de um indivíduo vitimizado pelas práticas parentais”*. (PADILHA, 2007, p.25).

Para Brino e Williams (2003, p.2), a escola mostra-se em situação ideal para detecção e intervenção dos casos de abuso. Tendo a escola sua função social é imprescindível que a mesma contribua para o enfrentamento da violência sexual. Neste sentido, Martelli (2013, p. 11) menciona que cabe à escola assumir sua participação no pacto do silêncio, assim como assumir sua função de identificar, denunciar e prevenir. Para a autora, a escola precisa fornecer informações à comunidade escolar sobre a realidade da violência sexual e possibilitar espaços de debates sobre o tema para professores, alunos e famílias. Vale ressaltar que, de acordo com Brino (2006) a família e a escola devem estar em sintonia, isto é, terem conceitos similares a respeito do abuso sexual.

Para Miranda (2003, citado por PEREIRA, et al, 2017, p.67), a escola é um espaço fecundo para a identificação e para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças. A autora afirma que é necessário superar o entendimento da denúncia como única possibilidade de enfrentamento da violência intrafamiliar, uma vez que o diálogo com a comunidade pode gerar reflexões a respeito desse fenômeno. Nesse ponto de vista, Martelli (2013) evidencia que a responsabilidade da escola não se limita apenas à denúncia, mas sim, em ações que proporcione informações, conhecimentos, problematizações referentes à sexualidade, visando uma educação sexual como possibilidade de proteção.

Em seu estudo, Meyer (2017) defende a educação sexual como uma forma de prevenção ao abuso sexual. A autora menciona o manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2002), como uma ferramenta de prevenção primária e secundária cujo intuito é capacitar o educador para a detecção de comportamentos que sugerem que a violência esteja acontecendo. De acordo com o manual, a educação sexual precoce é a forma de desenvolver conceitos importantes de proteção, uma vez que:

A informação em assuntos sobre o corpo e a sexualidade torna a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com competência e habilidade para se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo este tipo de violência. É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com pais e educadores abertamente, tendo uma fonte de proteção contra os eventuais perigos. (ABRAPIA 2002, citado por MEYER, 2017, p. 45).

É nesse contexto que crianças e adultos devem estabelecer relações que visem à aproximação e, “consequentemente”, vínculos de confiança, os quais permitem aos professores e até mesmo a direção o contato mais aprofundado sobre a vida privada de seus alunos. (PEREIRA, 2017). Nesse sentido, “professores, orientadores e funcionários da escola podem ter um papel muito importante na identificação precoce e situações de abuso ou mesmo prevenção”, (PELISOLI, PICCOLOTO, 2010, p.3) principalmente na educação infantil, no qual as crianças possuem dificuldade em revelar a ocorrência do abuso sexual, uma vez que *“crianças menores (com até seis anos de idade) não possuem condições cognitivas e verbais necessárias para articular a violência e proporcionar recordações dos eventos”*. (BRINO, 2006, p.32)

De acordo com Martelli (2013, p. 12), é preciso que os profissionais da escola estudem os indícios, sinais e sintomas do abuso sexual para reconhecê-los em sua sala de aula e contribuir para interromper o ciclo de violência sexual. Para identificar e prevenir é preciso que os profissionais saibam lidar com as questões do abuso sexual, por isso, nos questionamos de que forma escola, professores e pais vêm sendo formados para que haja a prevenção da violência sexual.

Pereira (2017) destaca que algumas propostas vêm surgindo, principalmente na formação continuada. A autora destaca em seu estudo a criação, em 2004, do Guia Escolar, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADMEC) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA), tendo sua última versão atualizada em 2011. De acordo com o Guia Escolar, entre os desafios do enfrentamento, está à necessidade de uma formação continuada para os professores e gestores das escolas fundamental e média. Dessa maneira, esse guia foi elaborado com o intuito de:

- Informar os educadores sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo que possam contribuir para a prevenção desse fenômeno, bem como cumprir com seus compromissos éticos, moral e legal;
- Notificar as autoridades competentes acerca dos casos suspeitos ou confirmados de violações de direitos humanos, abuso e exploração sexual;
- Incentivar os educadores a agir de maneira solidária em relação a crianças e adolescentes em situação de violência sexual;
- Encaminhar esses casos aos serviços de assistência médica, educacional, psicossocial e jurídica da rede de proteção do município. (SANTOS & IPPOLITO, 2011, p.11).

Também neste documento, evidencia-se o papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. “Acredita-se que uma formação em educação sexual

para professores e alunos poderá efetivar a identificação e prevenção dos casos de violência sexual, contribuindo para o rompimento do pacto do silêncio”. (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014, p.172)

Outra proposta mencionada foi à criação do Projeto Escola que Protege implantado em 2004 pelo Ministério da Educação - MEC em parceria com a Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade - SECAD, cujo objetivo consistiu em prevenir e romper o ciclo da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Pretende-se, que os profissionais sejam capacitados para uma atuação qualificada em situações de violência identificadas ou vivenciadas no ambiente escolar. (Ministério da Educação).

O curso tem como público-alvo os profissionais de educação da rede pública e da Rede de Proteção Integral - conselhos tutelares, conselheira (as) dos direitos da criança e do adolescente e interlocutores do projeto Escola Aberta. Também são contemplados aqueles que participam dos seguintes programas: Mais Educação; Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças no Território Brasileiro (PAIR); e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

De acordo com o Ministério da Educação, em 2006, o EqP (Escola que Protege) continuou investindo na formação continuada de professores (as) em módulos presenciais e a distância, beneficiando cerca de 800 escolas e formando 4.500 educadores. Em 2007, o Ministério da Educação descentralizou recursos para 22 universidades públicas e federais, incluindo a Universidade Federal de São Carlos, no ano de 2009. (Ministério da Educação, 2008, p.1).

Brino e Williams (2003) reforçam a importância e a necessidade dos professores receberem treinamento especializado para identificar e intervir nesses casos, já que muitas professoras apresentam apenas um conhecimento superficial sobre o tema, buscam informações em meios não apropriados e não tem clareza sobre os procedimentos que devem tomar.

Em 2008, as autoras realizaram uma pesquisa referente a um Programa de capacitação realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Carlos. O objetivo do estudo foi realizar e avaliar esse programa no sentido de capacitar professores de educação infantil, com o intuito de promover aquisições de habilidades de autoproteção a crianças e habilitar familiares a reconhecer sinais de ocorrências de abuso sexual e formas de proteção à criança. Participaram da pesquisa, 101 professores, (97 do sexo feminino e quatro do sexo masculino) de Escolas Municipais Infantis (p.214).

Os professores participaram de 12 encontros semanais com duração de quatro horas cada, envolvendo questões básicas acerca dos abusos contra crianças, do abuso sexual em específico, e de ações preventivas. Cada professor participante do programa realizou duas oficinas sobre a prevenção do abuso sexual infantil, para os familiares das crianças, e duas oficinas voltadas para habilidades de autoproteção para os alunos. (BRINO; WILLIAMS, 2008). De acordo com a pesquisa, os professores podem ser importantes agentes na prevenção, uma vez que os resultados apontaram melhora no que diz respeito ao conhecimento acerca do abuso sexual após participarem do programa de intervenção.

A partir desses dados, podemos considerar que a formação dos professores para a prevenção do abuso sexual está voltada como mencionado por Pereira (2017), por uma formação continuada, por meio de Manuais, Guias, treinamentos, assim como Programas de Prevenção, cursos extracurriculares que estabelecem critérios/estratégias específicas para a formação dos professores.

Para Vagliati e Gagliotto (2014), a sensibilização e o conhecimento científico contribuirão para educar o olhar dos professores para identificar sinais de abuso que não deixam marcas, além de aperfeiçoar suas habilidades de escuta e capacidade de abordar essa temática. (p.174). Alguns aspectos precisam ser considerados: 1) os educadores precisam conhecer os direitos das crianças; 2) precisam estar atentos para sinais que demonstrem a violência sexual contra seus alunos, ajudando-o a equilibrar emoções na construção de sua personalidade e assim, o desenvolvimento e aprendizagem; 3) precisa estar atenta a sensibilização e o conhecimento de quem é seu aluno e 4) que o mesmo promova intervenções que ensinem as crianças a adquirir habilidades de proteção.

Tendo em vista o desenvolvimento dessas habilidades, cabe compreender e destacar quais são as estratégias que se evidenciam nos estudos realizados no contexto brasileiro. Pelisoli e Piccoloto (2010) trazem em seu estudo algumas contribuições: a) a psicoeducação - sugere que os funcionários da escola sejam educados por um profissional especialista sobre o assunto fenômeno do abuso sexual; b) técnicas de modelação - é uma forma de aprendizagem pela observação, no qual os trabalhadores podem observar o terapeuta/coordenador atuando em situações criadas e reproduzir os comportamentos observados; c) treinamento de habilidades sociais - o treinamento pode ser muito útil na medida em que possibilita que esses profissionais consigam estabelecer interações mais próximas, positivas e abertas com seus alunos; d) role-play - envolvem tarefas que experimentam o problema, desempenham diferentes papéis e observam comportamentos. Os professores podem dramatizar a revelação

por um aluno, ensaiando diferentes maneiras de abordar a situação, com o intuito de descobrir a melhor abordagem em grupo, a partir da vivência e da interação. (p.4)

Vagliati e Gagliotto (2014) estabelece o conhecimento psicanalítico como estratégia e evidenciam que a escola, através do estudo da teoria psicanalítica, pode fazer com que o sujeito busque alternativas que desenvolvam o prazer de aprender. Dentro dessa perspectiva, Gagliotto, Berté e Vale (2012) enfatizam a figura do professor na realização de atividades que aperfeiçoem na criança o seu pleno desenvolvimento, sendo ele o responsável por levar a psicanálise para a sala de aula.

Nota-se que existe uma série de estratégias que podem auxiliar os profissionais para a prevenção do abuso sexual, vale ressaltar que a maioria delas são desenvolvidas e dispostas pela área da saúde. No que diz respeito às metodologias e recursos utilizados, destacam-se: uso de vídeos educativos, oficinas, palestras com profissionais de diferentes áreas, assim como a contação de histórias como estratégia na prevenção do abuso sexual infantil, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com o Relatório Técnico da Rede Nacional da Primeira Infância (2015), às metodologias lúdicas de trabalho que buscam desenvolver a autoproteção na primeira infância é um fator de proteção para o enfrentamento à violência doméstica e sexual, uma vez que:

Através destas experiências, as crianças têm a oportunidade de, brincando, aprender sobre seus direitos, conhecer o próprio corpo e sua sexualidade. Do mesmo modo, aprendem que ninguém deve submetê-las a situações que ultrapassem determinados limites e que não respeitem as especificidades de sua idade, adquirindo capacidades para identificar e comunicar situações de risco. Outro ponto positivo deste tipo de metodologia é a criação de um ambiente acolhedor que permite elaborar e superar as situações difíceis vivenciadas pelas crianças. (Relatório Técnico da Rede Nacional da Primeira Infância, 2015, p.8, citado por MEYER, 2017, p.52).

5. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Como já mencionado, o lúdico é um fator fundamental para o desenvolvimento da criança e é experimentado de forma particularmente intensa durante esse período do desenvolvimento da criança. *“Lúdico é uma palavra que deriva do termo latino ludus que*

remete às brincadeiras e aos jogos” (CUNHA, 1986, p. 482). O termo lúdico significa, portanto, aquilo que se refere tanto ao brincar quanto ao jogar.

Durante o processo de ensino e aprendizagem, a ludicidade está presente: nos jogos, nas danças, brincadeiras e na arte de contar histórias, “promovendo” o desenvolvimento, a responsabilidade e a expressão. É nessa interação que a criança se sente estimulada e, sem perceber, constrói seu conhecimento e suas concepções sobre o mundo, em meio ao prazer, à maravilha e ao divertimento que as narrativas criam.

“A Contação de histórias é uma estratégia pedagógica que pode favorecer de maneira significativa a prática docente na educação infantil. A escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil” (SOUZA, BERNARDINO, 2011, p.237).

O aprendizado torna-se estimulante, interativo e significativo quando essas interações são pautadas em encanto e ludicidade, uma vez que envolve diretamente o interior da criança, muitas vezes presentes na literatura. “*Nos enredos das histórias, aparecem situações ligadas a valores universais como a liberdade, a verdade, a justiça, a amizade, a solidariedade, o que leva a criança a refletir sobre o convívio em sociedade*”. (SOUZA; BERNADINO, 2011, p. 239)

As histórias orais, sobretudo, promovem na criança algumas emoções. Estes sentimentos permitem que ela crie mecanismos para a resolução de problemas que enfrenta no seu dia a dia de maneira saudável e criativa. (SOUZA; BERNADINO, 2011). Para Prado, (2014, p.20) as histórias podem auxiliar as crianças a se tornarem mais conscientes da realidade que as cerca, principalmente quando vivem situações difíceis.

A arte de contar histórias é uma atividade fundamental que transmite conhecimentos e valores, sua atuação é decisiva na formação e no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Contar uma história é abrir o mundo para a imaginação, e, portanto, desvelar mundos possíveis. Para ouvi-las “*não é necessário estar alfabetizado, pois a criança desde cedo tem contato com textos de forma oral, pela voz dos pais e avós quando lhes são ditos contos de fadas, histórias inventadas, textos bíblicos, poemas dentre outros*”. (ABRAMOVICH, 1993 APUD PRADO, 2014, p.21).

De acordo com Mateus, Silva, et al (2011), além da imaginação, o uso dessa ferramenta incentiva, o gosto e o hábito da leitura; a ampliação do vocabulário, da narrativa e sua cultura, a relação entre o mundo interno e o mundo externo, e a construção da personalidade, seus valores e suas crenças.

O educador tem que ser figura-chave no processo de desenvolvimento, uma vez que a narrativa abre fronteiras para o desenvolvimento cognitivo e a construção de identidade. Nesse sentido, o educador precisa repensar sua prática para a Primeira Infância, pois “*a criança começa reconhecer o mundo ao seu redor através do contato afetivo e do tato*” [...] “*outro fator marcante, é a aquisição de linguagem, por meio da qual a criança passa a nomear tudo a sua volta.*” (MEYER, 2017, p. 72). Concomitantemente, os educadores precisam analisar quais são as obras/livros que mais se adequa a realidade das crianças.

Os livros são ferramentas privilegiadas de comunicação com a criança, por meio da sua configuração textual, ilustrações e formatos, transformando-se em um instrumento rico de possibilidades. Nesse sentido, a Literatura Infantil é um recurso fundamental e democrático na construção do conhecimento (MEYER, 2017, p.60). A autora considera a literatura infantil como instrumento de mediação e problematização das temáticas sobre sexualidade e prevenção da violência sexual, uma vez que:

Permite que crianças e adultos dialoguem a partir de todos os elementos de uma obra, estabelecendo relações entre os personagens e suas histórias com situações reais do cotidiano, permitindo reflexões sobre ideias e valores, além de fazer uma ponte com as emoções dos sujeitos envolvidos. (MEYER, 2017, p.60)

Os livros com conteúdos preventivos se caracterizam pela apresentação dos problemas da vida cotidiana, uma vez que as histórias apresentadas trazem informações importantes para que a criança identifique os cenários prejudiciais e procure ajuda. (PRADO, 2014). Alguns autores (DAVIS, 1998; SOMA & WILLIAMS, NO PRELO, CITADO POR PRADO, 2014, P. 40) ressaltam a importância desses livros, uma vez que possuem um potencial para descobrir informações úteis para ajudar as crianças que passam por problemas difíceis, como o abuso sexual.

De acordo com Prado (2017), existem vários tipos de Literatura Infantil de abordagem Preventiva (LIAPs) que tratam do abuso sexual infantil. Vale ressaltar que os LIAPs, estão entre as estratégias que podem ser utilizadas nos programas preventivos. No contexto brasileiro, há dois livros que tratam especificamente do abuso sexual infantil: Pipo e Fifi (ARCARI, 2012) e o Segredo de Tartanina (SOMA, 2011) descritos abaixo.

Pipo e Fifi escrito por Caroline Arcari abordam assuntos como privacidade, anatomia, propriedade sobre o próprio corpo, respeito ao corpo do outro e limites quanto aos toques recebidos. A obra está fundamentada em seis conceitos básicos de informação e proteção, de modo que, ao final da leitura, a criança seja capaz de:

Saber nomear as partes íntimas seja pelo nome científico ou pelos apelidos familiares; Identificar quem são os adultos que podem tocar no seu corpo, para ajudar em situações de higiene e saúde; Entender que adultos e outras crianças não podem tocá-la nas partes íntimas; Entender que ela que é dona do seu próprio corpo e pode e deve dizer não, quando tocada de forma que a deixa confusa, triste ou constrangida; Identificar a diferença entre o que pode ser feito em espaços públicos e privados; Respeitar o corpo do outro. (MEYER, 2017, p. 66)

O livro já teve mais de 100 mil cópias distribuídas no Brasil, e prevê uma leitura interativa, na qual se estabelece a relação entre criança e adulto, seja pela responsabilidade dos pais, familiares, professores, profissionais da saúde, entre outros. A autora traz ainda uma *“nova perspectiva de prevenção, não somente instrumentalizar as vítimas em potencial, mas prevenir o desenvolvimento de atitudes abusivas de agressores em potencial”*. (MEYER, 2017, p. 73). A obra foi construída contemplando a inter-relação entre a idade cronológica, o nível de amadurecimento biológico, cognitivo, afetivo e o domínio da leitura pelo processo de alfabetização. (MEYER, 2017, p. 74). Além de sua versão impressa, há também disponível no site versões em outras línguas, assim como palestras e oficinas, cursos online e publicações.

O segredo da Tartanina, escrito por Alessandra Rocha Santos Silva, Sheila Maria do Prado e Cristina Fukumori Watarai foi pensado e desenvolvido para proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil que previu uma estratégia lúdica, com leveza para abordar a temática que é tão sofrível para as crianças. As ilustrações coloridas foram uma das estratégias para iniciar o assunto. O livro foi desenvolvido a partir das experiências vividas por elas durante os atendimentos às vítimas do abuso sexual, principalmente no contexto intrafamiliar, no qual os segredos são mantidos. O livro foi publicado em 2011. Atualmente as autoras trabalham na divulgação e realização de ações de capacitação de pais, educadores e outros profissionais que trabalham diretamente com crianças. Assim como Pipo e Fifi, o Segredo de Tartanina prevê uma leitura preventiva, no qual crianças podem ter suas dúvidas sanadas.

Diante dessas propostas, nos perguntamos: Como fazer da narrativa uma atração para as crianças? São diversos os recursos que podem ser utilizados, como: fantoches, fantasias, livros atraentes. Além disso, a entonação da fala sons, ruídos, são fatores importantes ao contar as histórias, pois a criança é levada ao mundo fantástico através desses recursos. Na

busca do desenvolvimento da expressividade, criatividade através da literatura infantil, torna-se incabível contar sem entusiasmo.

Dentre os comportamentos do contador que favorecem a modificação do comportamento do ouvinte, no contexto da contação de história, pode-se citar o comportamento de oferecer explicações, definir e explicar, e conversar. Estes comportamentos podem promover mudanças significativas no comportamento do ouvinte (CALDIN, 1998; FLORES, SANTOSA, AMADEUA & DIASB, 2013, CITADO POR PRADO, 2014, P. 62).

Portanto, utilizar a Contação de histórias em sala de aula faz com que todos saiam ganhando, tanto o aluno, quanto o professor, que ministrará uma aula muito mais agradável e produtiva e alcançará o objetivo pretendido: a aprendizagem significativa. Manferrari (2011) questiona: Por que contar histórias para crianças? Justamente porque é nesse momento que a mesma desenvolve a linguagem, a capacidade de escuta e concentração, a curiosidade, imaginação, emoções, e tantas outras aprendizagens que lhe são proporcionadas. Por isso, menciona que, contar, é colocar-se em relação de empatia, é tornar possível experimentar o que o outro experimenta. O encontro, o contexto da relação, a dimensão comunicativa: são esses os aspectos tão intrinsecamente educativos. (MANFERRARI, 2011, p.168).

Para, além disso, a função da literatura infantil transcende a condição de recurso pedagógico, sendo um instrumento de expressão, diálogo, mediação e aproximação entre professores-alunos, pais-filhos, adulto-criança. (MEYER, 2017, p.61). Dessa forma, a Literatura Infantil é um instrumento potencializado para a prevenção da violência sexual, uma vez que, a mesma incentiva a criança na busca por novos conhecimentos, permitindo: estabelecer conexões com diferentes sentimentos, assim como “*o desenvolvimento de conceitos de proteção, identificação de situações de violência sexual e diferenciação entre toques afetivos e abusivos, nas suas relações com adultos e outras crianças*”. (MEYER, 2017, p.61).

6. METODOLOGIA

A natureza dessa produção baseia-se na estrutura de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lima e Miotto (2007, p. 38), implica em um conjunto de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23, citado por LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Nesse sentido, os autores defendem que fazem parte da metodologia, três tipos de seção. A primeira relacionada à exposição do método: primeiro passo na definição do percurso metodológico, a segunda destina-se à construção do desenho metodológico; e por fim a escolha de procedimentos e a escolha do percurso da pesquisa.

As ações metodológicas desenvolvidas neste trabalho basearam-se em leituras e análises das fontes a partir dos conceitos de formação de professores e abuso sexual infantil, uma vez que a partir desse procedimento é possível identificar informações e dados contidos no material e verificar as relações de modo a analisar sua consistência. (LIMA, MIOTO, 2017).

Simultâneo a essa etapa que delimitará os conceitos e as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo, a pesquisa se pautará na análise e interpretação dos dados e, assim sendo, na análise explicativa das soluções, que estará em consonância com os referenciais teóricos, assim como os procedimentos metodológicos estabelecidos.

Tal pesquisa é relevante no cenário científico, “uma vez que a pesquisa bibliográfica é capaz de gerar, especialmente em temas poucos explorados, a postulação de hipóteses ou interpretação que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”. (LIMA, MIOTO, 2007, p.43).

PROCEDIMENTOS

Primeiramente, foi realizado um levantamento de artigos nas bases de dados Capes e Scielo, com os seguintes descritores: formação de professores AND abuso sexual infantil. Foram encontrados treze artigos com as palavras chaves. Já com a combinação entre violência intrafamiliar AND formação de professores foi encontrado 09 artigos e com os descritores: prevenção do abuso sexual infantil AND formação de professores/ capacitação de professores, foram encontrados 22 artigos, totalizando 44 artigos encontrados na busca.

Com o intuito de verificar quais artigos seriam selecionados para análise, foram lidos os títulos e os resumos de 20. Foram selecionados artigos que preenchiam os seguintes critérios: a) ter sido realizado no Brasil; b) conter informações sobre a violência intrafamiliar; c) conter relatos sobre a formação de professores para a prevenção do abuso sexual infantil;

d) reflexões sobre a prática dos mesmos; e) que estavam disponíveis para download f) que estavam relacionados ao âmbito educacional. Foram excluídos, portanto, trabalhos em inglês, assim como aqueles que não se tratavam da questão norteadora da pesquisa, como outras áreas do conhecimento.

Do total dos trabalhos, 17 foram excluídos por não tratarem do foco da pesquisa, tendo como base a questão principal referente à formação de professores para a prevenção do abuso sexual infantil. Todos os três artigos que foram selecionados, foram lidos, destacando três grandes temas sobre a temática: (1) formação de professores, (2) a educação sexual, e (3) a escola no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

7. RESULTADOS

Foram selecionados para este estudo 03 artigos publicados em periódicos científicos. A Tabela 1 contém uma síntese dos estudos analisados, que foram ordenados pelos autores e data de publicação.

Tabela 1
Descrição dos estudos e principais resultados

Brino e Williams (2008)	Participantes	Instrumentos	Principais resultados
Realizar e avaliar um programa de intervenção para professores no sentido de capacitá-los a atuar como agentes na prevenção do abuso sexual.	n. 101 professores de Escolas Municipais Infantis do Município de São Carlos.	Indicadores de Abuso Sexual: 35 sinais e sintomas específicos e inespecíficos correspondentes a ocorrência do abuso sexual infantil. Exercício sobre abuso sexual para professores; Exercício sobre abuso sexual para familiares; Exercício sobre aquisição de habilidades de Autoproteção em crianças.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhora no desempenho dos professores em relação à prevenção do abuso sexual infantil, se comparado o início e o fim do programa; - Maior eficácia na aquisição de conhecimentos por meio da capacitação entre professores e familiares; - Os professores foram bem criativos e planejaram atividades com as crianças de forma autônoma, selecionando os materiais e as atividades; - O reconhecimento dos sinais mais claros pelos profissionais é evidenciado como algo importante. - Para a realização de novos programas, é preciso: <ul style="list-style-type: none"> - maior tempo de duração; - suporte especializado; - programas envolvendo escola e família.

Garbin; Queiroz; Costa; Garbin (2010)			
Objetivo	Participantes	Instrumentos	Principais resultados
Avaliar o preparo de professores de educação infantil, no que se refere á percepção e notificação dos casos de violência contra crianças.	n. 30 professores de curso superior participantes do Projeto Pedagogia Cidadã, da Universidade Estadual Paulista UNESP Araçatuba SP.	Questionário semiestruturado relativo ao conhecimento dos sinais e sintomas da violência.	<ul style="list-style-type: none"> -80,9% dos professores afirmam ter recebido informações a respeito da violência por meio de cursos extracurriculares; - 86,9% afirmam conhecer os sinais de violência; - 91% dos professores se sentem responsáveis pela notificação dos atos e 31,5% apontam essa obrigação como inerente á profissão; - 67% dos professores apontam que algumas vezes estão preparados para identificar os casos. - Profissionais inseguros pela negativa da criança (43,1%), pela ausência de marcas físicas (38,2 %) e pela falta de conhecimento (10%); - Os autores evidenciam a necessidade de se abordar esse assunto de forma mais criteriosa na Universidade.

Spaziani e Maia (2015)			
Objetivo	Participantes	Instrumentos	Principais resultados
Analisar a opinião de professores sobre a educação para a sexualidade na infância, bem como sobre a prevenção da violência sexual infantil.	n.16 professoras da Educação Infantil de uma cidade no interior paulista.	Roteiro de entrevista semiestruturada sobre as formas de prevenção da violência sexual infantil na escola.	<ul style="list-style-type: none"> - O estudo apontou incertezas sobre a possibilidade de prevenção: algumas professoras demonstraram não acreditar ou terem dúvida sobre a prevenção do abuso; - Concepções sobre a educação para a sexualidade na Educação infantil, como um trabalho importante para esclarecer as diversas curiosidades, assim como desmistificar conceitos errôneos sobre o tema; - Apenas uma professora relacionou a educação para a sexualidade com a prevenção da violência sexual infantil; - Necessidade de incluir a educação para a sexualidade no currículo escolar; - Professores se sentem receosos em conversar com a criança, nesse sentido, não fazem uma relação direta entre diálogo e prevenção; - Ressaltam que é preciso programar o conteúdo da sexualidade humana e gênero na formação dos educadores, uma vez que essas questões farão parte do cotidiano desses profissionais.

A análise dos estudos supracitados destacam a importância da formação de professores para a prevenção do abuso sexual infantil, uma vez que os mesmos tem atividades diárias, e por um período considerável de tempo, com as crianças, favorecendo o estabelecimento de uma relação duradoura e de confiança, a qual pode favorecer a revelação e prevenção do abuso sexual. Observou-se, a partir dos dados da Tabela 1, que todos os estudos foram conduzidos com intervenção em grupo de professores da Educação infantil das redes municipais de ensino (BRINO & WILLIAMS, 2008; SPAZIANI & MAIA, 2015), ou seja, com professores que já estavam atuando, e um estudo (GARBIN et al, 2010) com professores em formação em uma universidade particular. Apenas o estudo de Brino e Williams (2008) teve o objetivo de capacitar/formar professores para prevenção de abuso sexual, os outros dois (SPAZIANI & MAIA, 2015; GARBIN et al, 2010) fizeram pesquisas de levantamento sobre o conhecimento/percepção a respeito do abuso sexual.

Os dados obtidos por Brino e Williams (2008) apontam que após participarem dessa formação, os professores relataram melhoria em seu conhecimento no que se diz respeito ao abuso sexual. No entanto, eles também identificaram dificuldade em conhecer e reconhecer os sinais e sintomas apresentados, por isso as autoras mencionam a importância em reconhecer os sinais mais específicos para evitar denúncias e consequentemente complicações na vida de pessoas inocentes. Fica evidente a importância da participação dos pais em ensinar as crianças de 0 a 6 anos habilidades necessárias, assim como identificar e responder gestos inapropriados, escola e família precisam estar envolvidas. O estudo apontou resultados significativos no que diz respeito à formação dos professores, das crianças e familiares, uma vez que, juntos obtém conhecimentos eficazes de como proceder em um caso de abuso sexual. (BRINO; WILLIAMS, 2008).

Outro fator que envolve a formação dos professores é o sentimento de responsabilidade profissional em notificar, sendo reconhecida pela maioria dos profissionais como uma obrigação. Por outro lado, para alguns professores não lhe cabe essa “tarefa”, por não possuírem conhecimento de suas atribuições. Além disso, há inseguranças que envolvem os mesmos para a identificação dos casos de violência, decorrentes da falta de domínio sobre o conceito, assim como o desconhecimento dos direitos e legislações, o que mostra a falta dessas discussões nos cursos extracurriculares. (GARBIN, et al, 2010).

O estudo evidencia que os professores precisam de uma formação sobre o tema na graduação e em cursos de formação continuada, que visem o conhecimento adequado para os casos de violência sexual infantil, informando e desenvolvendo habilidades que possam ser trabalhadas em sala de aula. Diante desse contexto, as autoras apontam incertezas sobre

as possibilidades de prevenir, uma vez que alguns professores veem as crianças muito pequenas para apresentar esse tipo de temática/problemática. Outros apontam fatores importantes como forma de prevenção: como o diálogo entre as crianças e os professores; entre familiares (na qual a escola mediará esse trabalho); a educação para a sexualidade e para a prevenção do abuso sexual infantil. O estudo aponta uma educação para a sexualidade na Educação Infantil e sua inclusão no currículo escolar como uma forma de proteção a criança. (SPAZIANI, MAIA, 2015).

De modo geral, os estudos apontam a importância da escola como sendo local ideal para a detecção de abuso sexual infantil, logo apontam as necessidades e possibilidades de discussões sobre a temática por meio de formações: aos professores, aos alunos e familiares visando à proteção integral das crianças. Além disso, apontam os desafios e dificuldades enfrentadas pelos profissionais a respeito do abuso sexual infantil, uma vez que falta formação, aporte teórico e prático para lidar com a situação. Fica evidente que na maioria das vezes os mesmos possuem informações sobre a violência, mas não se sentem preparados para lidar com os casos de abuso sexual infantil.

8. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Segundo dados do Portal Brasil (2012), a violência sexual infantil é o segundo tipo de violência mais comum contra crianças de zero e nove anos. Ao longo de 2014, foram registradas por hora, três queixas de abuso sexual por meio do Disque Denúncia. São Paulo foi o Estado que apresentou a maior quantidade de denúncias tanto de abuso quanto de exploração sexual. Os índices de denúncias aumentam demonstrando que o abuso sexual infantil é um fator real e alarmante sendo tratado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos maiores problemas de saúde pública. (GONÇALVES et al, 2018, p. 1525).

Esse estudo aponta questões que vem sendo discutidas há alguns anos e reforçam que em pleno século XXI há poucas discussões e práticas no âmbito educacional que tratam especialmente do abuso sexual infantil. Foi possível verificar que grande parte dos autores defende a formação de professores por acreditarem que o professor precisa estar preparado para, prevenir, identificar e denunciar. Ao mesmo tempo, acreditam que os mesmos possam possibilitar ao aluno algumas mudanças em sua realidade. Para isso, propõe uma capacitação que seja para além das questões biológicas (aquelas apresentadas nas aulas de ciências), evidenciando uma formação ampla que envolva escola, família e alunos, acreditando que tal

formação possibilitará maior segurança, bem como guiará o posicionamento a ser adotado por esses profissionais. (MARTELLI, 2013).

No que se refere à formação, fica evidente que boa parte acontece por meio de cursos extracurriculares, como formação continuada. Para Gonçalves e colaboradores (2018, p. 1525):

A formação continuada com enfoque no abuso sexual é uma proposta que constrói e fortalece habilidades do docente, permite uma atuação no processo de prevenção e intervenção. O professor deve buscar constantemente aperfeiçoamento ao longo do exercício da profissão, visitar e refletir sobre sua prática e suas contribuições sociais, almejando a aquisição de competências que acrescentem e colaborem com a sociedade, não se limitando a uma disciplina específica ou restringindo-se a um único campo do saber, deve acompanhar os avanços e mudanças, pois as interferências externas recaem no resultado e desempenho de seus alunos.

Nessa perspectiva, a formação continuada contribui para a aquisição de novos conhecimentos, no entanto, se mostra insuficiente, uma vez que essa formação se pauta em cursos de 120 horas, ou em manuais disponibilizados pelo governo que dão orientações de baixos potenciais preventivos. Por isso, há discussões sobre uma formação inicial que atenda a temática. Estudos realizados por Garbin e colaboradores (2010) e Martelli (2013), comprovam uma ausência de discussões dentro da Universidade, o que dificulta o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática, resultando em uma formação que não dá suporte para tratar de um fenômeno que atinge boa parte da população brasileira. Ademais, Brino e Williams (2008) apresentam resultados promissores obtidos a partir da capacitação de professores da educação infantil na identificação e prevenção dos casos.

Outro fator a ser apresentado, é a escola. Todos os autores mencionam a escola como local ideal para a detecção e prevenção do abuso sexual infantil, uma vez que ela possui sua função social no que diz respeito à promoção de dignidade à vida. Para, além disso, considerara-se que essas crianças passam o maior tempo do seu dia dentro desse espaço. Nesse sentido, a escola deve estar disposta a fomentar ações que evidenciem a participação de pais alunos e professores, por meio de oficinas, palestras e formações. Torna-se necessário ressaltar que essas ações só se viabilizam se no Projeto Político Pedagógico da instituição estiver proposta uma educação para a sexualidade.

Indo ao encontro dessa afirmação, Spaziani e Maia (2015) definem a educação para a sexualidade na educação infantil como uma fonte de cuidado e proteção a criança, na medida em que ela é tratada como sujeito de direitos. Mencionam que a educação para a sexualidade tem por objetivo: respeitar e orientar crianças; sanar suas curiosidades sobre o

tema; refletir sobre as questões de gênero; educar para o respeito à diversidade; promover autonomia e o empoderamento sobre o próprio corpo, para a prevenção a violência sexual infantil.

Diante disso, a escola deve promover reflexões de como prevenir, denunciar e identificar, considerando os conteúdos, o currículo, o conhecimento de vida de pais, familiares e comunidade com o intuito de propiciar orientações e proteção. Assim como desenvolver habilidades que facilitam o professor a abordar o tema em sala de aula, por meio de histórias, filmes e oficinas, tendo em vista a proteção e a confiança, para que a criança relate e supere seus traumas. (GONCALVES, 2018).

Conclui-se que há muito a se discutir a respeito dessa temática, há muitos caminhos a serem percorridos e conquistados. Percebe-se por meio deste estudo que ainda existem muitos tabus a serem superados principalmente no que diz respeito à relação adulto - criança que se efetivam na atuação do professor. Não há como pensar em uma superação e/ou um combate desse fenômeno envolvendo apenas escola, família e professor. Para Silva (2008, citado por PEREIRA, 2017, p. 78), a escola e a educação jamais solucionarão isoladas e unilateralmente, quaisquer demandas sociais, mas são participantes dessa luta, uma vez que por meio delas existem discussões que podem proporcionar mudanças na realidade da violência intrafamiliar. Nesse sentido, vários autores propõe uma rede de proteção, na qual vários profissionais precisam estar aptos a atender a criança vítima do abuso sexual infantil, como previsto nas leis.

Nesse sentido, os profissionais precisam conhecer os “*programas de intervenção e reconhecer situações de risco*”, (GONCALVES, 2018, 1524) por meio de um olhar atento e qualificado. Para, além disso, precisam de materiais didáticos pertinentes que promova ferramentas didáticas lúdicas e compreensivas, destinadas ao desenvolvimento infantil com o intuito de proporcionar à criança a compreensão da temática, assim como reduzir os casos de abuso sexual. (GONÇALVEZ, 2018). O professor torna-se um agente de prevenção ao abuso sexual, uma vez que convive diariamente com essa criança e se torna responsável pela relação de confiança estabelecida, o que leva a criança a revelação do abuso, por meio da fala ou dos comportamentos, contribuindo por meio do seu conhecimento e compromisso, proteção à infância.

Com o estudo constatou-se que a formação de professores para a prevenção do abuso sexual é incerta, inconsistente, uma vez que há poucas iniciativas e trabalhos que fomentam esse tema. Passaram dez anos e as pesquisas apontam ainda a necessidade de formação de profissionais. No currículo atual dos cursos de licenciatura, não existem disciplinas

específicas em relação à violência sexual, por isso, os professores carecem de experiência pedagógica para lidar com a problemática. (VAGLIATTI, GAGLIOTTO, 2014).

São raras as pesquisas que apresentam na prática o desenvolvimento de programas, campanhas, cursos e os seus respectivos resultados, como foi observado na revisão de literatura realizada na qual apenas um estudo (BRINO & WILLIAMS, 2008) foi realizado nessa perspectiva, o que dificulta a construção de políticas públicas e recursos para a sua materialização no âmbito educacional. É preciso que haja mobilização, incentivo, para que os *“estudantes compreendam as forças sociais maiores que afetam toda a vida e saúde, e a reconhecer seu papel potencial como cidadão, membro de uma comunidade que se posiciona contra a violência”*, (SOUZA, et al, 2009, p. 336), assim como compreender seu papel ativo na busca por novos conhecimentos, novas metodologias, para que sua prática se adeque as diferentes exigências e realidades.

9. REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Autores & Agentes & Associados, Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, A. A; MIRANDA, O. B; LOURENÇO, M. L. Violência Doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. **Revista Institucional de Psicologia**, v.6, n.2, 2013, p. 298-311. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a11.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990a**. Convenção sobre os Direitos das Crianças. Brasília: Presidente da República, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

BRASIL. **ESCOLA QUE PROTEGE**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes / Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei Federal 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescente. Presidência da República, 2017. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei federal 8.069, de 13 de Julho de 1990 (1990,13 de julho)**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – **Brasília: Ministério da Saúde**, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério Público do Paraná. Leis e Normas Internacionais, criança e adolescente. **Declaração Universal do Direito da Criança**. Paraná: Ministério Público, 1959. Disponível em: < <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1069>> . Acesso em: 08 de agosto de 2019.

BRINO, R. de F. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 278 f. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2825/TeseRFB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

BRINO, R. de F. Professores como agentes na prevenção do abuso sexual infantil. **Educação e Realidade**, v. 33, n.2, p. 209-230, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7073>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos Pesquisa**, 119, 113-128, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100157420030002000006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

BRODSKI, K. S de. HUTZ, C.S. Novas perspectivas sobre o abuso sexual emocional. **Diaphora**, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 13-19, 2016. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/119>>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blank, P. Violência doméstica e suas manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 9-21, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

DECA - Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil. Secretaria de Segurança Pública. Rio Grande do Sul (Brasil). Relatório anual de 2002/2003/2004.

FRANCISCHINI, R ; MINCHONI, T ; FERREIRA, E de O. Crianças e adolescentes, percursos teórico-metodológicos de investigação em múltiplos contextos de desenvolvimento. **EDUFRN**, Natal, p. 186, 2012.

GADELHA, G. et al. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Maio, 2013. Disponível em: <

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf>. Acesso em: 08 de set de 2019.

GAGLIOTTO, G. M.; BERTÉ, R.; VALE, G. V. do. Agressividade da Criança no Espaço Escolar: uma abordagem psicanalítica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1, p. 144-160, 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2218/2048>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

GARBIN, C.A.S.et al. Formação e atitude de professores de educação infantil sobre violência familiar contra a criança. **Rev. Educar em Revista**, Editora: UFPR, Curitiba, n.especial 2, p. 207-2016, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602010000500012&script=sci_abstract&tln g=pt> . Acesso em: 20 de setembro de 2019.

GONÇALVES, F. T. D. et al. A escola como espaço de prevenção, identificação e combate ao abuso sexual infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, p. 1520 - 1527, 2018. Disponível em: <<https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS303.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

HABIGZANG, L. F; KOLLER, S. H; AZEVEDO, G. A ; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.21, n.3, p.341-348, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722005000300011&script=sci_arttext&tln g=es>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

HABIGZANG, L.F. Avaliação de impacto e processo de um modelo de grupoterapia cognitivo comportamental para meninas vítimas de abuso sexual. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 3-165, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21429/000737671.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LIBORIO, R. M. C; CAMARGO, L. dos S. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais na Educação das escolas públicas municipais de presidente Prudente. **Gênero, Sexualidade e Educação**, n. 23, p. 1-17, 2010. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/16_56_35_117_A_Viol%C3%A7%C3%A7%C3%A3o_da_Sexual_contra_crian%C3%A7as_e_adolescentes_na_perspectiva_de_profissionais_da_educac%C3%A7%C3%A3o_das_escolas_p%C3%BAblicas_municipais_de_Presidente_Prudente.PDF>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

MANFERRARI, M. Histórias são naus que cruzam fronteiras. **ProPosições [online]**, vol. 22, n. 2, p. 51-62, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373072011000200005&script=sci_abstract&tln g=es> . Acesso em 11 de outubro de 2019.

MARTELLI, A.C. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: O que a escola tem a ver com isso? In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2013, Maringá - PR, **Anais...** Maringá-PR, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-05.pdf> Acesso em: 05 agosto de 2019.

NUNES, A. J; SALES, M.C.V. Violência contra crianças no contexto brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000300871&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, M de; MIRANDA, A. C. T. Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. **Anais...**Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, p.1-11, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381847205_ARQ_UIVO_ABUSO_SEXUAL_INFANTIL_E_ESCOLA.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

PADILHA, M. da. G. S. Prevenção primária do abuso sexual: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar. Tese. (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 182 f, 2007. Disponível em: 20 de agosto de 2019.

PAIVA, E. A. F de. A prevenção primária e secundária do abuso sexual na Educação infantil: reflexões no âmbito das políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254025>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

PELISOLI, C; PICCOLOTO, B, L. Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Rev. Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, n.1, v.6, p. 108-137, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872010000100007>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

PENSO, M. A; COSTA, L. F; ALMEIDA, T. M. C. de; RIBEIRO, M. A. Abuso sexual na violência intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia**, v.30, p.142-157, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14130394200900020001>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

PERDERSEN, J. R. Abuso sexual intrafamiliar do silêncio ao seu enfrentamento. Dissertação (Mestrado em serviço social) - Faculdade de serviço social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 121-135, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/Service_Social/83998-JAINA_RAQUELI_PEDERSEN.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

PEREIRA, A. B. M; CONCEIÇÃO, M. I. G; BORGES, L. F. F. Reflexões sobre a formação de professores para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças. **Tecnia**, v.2,

n.2, p.63-83, 2017. Disponível em: < <http://revistas.ifg.edu.br/tecnica/article/view/145>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

Rede Nacional Primeira Infância - RNPI. (2015). Relatório Técnico: Colóquio violências e seus impactos no desenvolvimento infantil: Reflexões históricas e contextuais, fatores de proteção e políticas públicas. Recuperado em 24 fevereiro, 2017, de http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/12/RNPI-CECIP_seminarionacional-2015.pdf **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, p. 1520 - 1527, 2018. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413389X2010000100019&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

SANTOS, B. C. dos. Aspectos causadores da violência. In: SANTOS, Beatriz Camargo dos. Et. al. (organizadoras). Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar. São Leopoldo: Série Cadernos, 1997.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Edur**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

SAYÃO, Y. Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/refazendo_lacos_sjc_net.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

SOMA, S.M.P. Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 101 f, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6053?show=full>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

SOUZA, L. O. de; BERNARDINO, A. D. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Revista de Educação**, v. 6, p. 235-249, 2011. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/4643/4891>>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

SPAZIANI, R.B; MAIA, A.C.B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

VAGLIATI, A. C; GAGLIOTTO, G. M. Formação de professores e educação sexual: o conhecimento psicanalítico na prevenção e identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na escola. **Tecnia**, v.15, n.37, p. 168-177, 2014. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24428/17406>>.
Acesso em: 20 de novembro de 2019.